

Sonhos fazem boas histórias? Sobre *Duna*

Marcus do Rio Teixeira

Impossível comentar a nova adaptação para o cinema da obra do escritor de ficção científica Frank Herbert, dirigida por Denis Villeneuve, sem fazer referência ao livro que deu origem ao filme e à primeira adaptação de 1984, dirigida por David Lynch. Em primeiro lugar, a obra literária. A melhor classificação da literatura que eu já vi em toda a minha vida foi feita por alguém de quem eu não possuo a referência. Essa classificação foi emitida no contexto de uma discussão acirrada na FLIP acerca da suposta subdivisão da literatura em literatura ocidental, asiática, africana, feminista, hétero, gay, etc... A definição que me agradou afirma que há somente dois tipos de literatura: *a que presta e a que não presta*. Assino embaixo, para desgosto de muita gente que povoa esta rede insociável e que aprecia essa classificação flipeana.

Hoje, acrescentaria apenas que isso vale para todos os gêneros literários, porém, na ficção científica, o percentual das obras que prestam costuma ser inferior à média geral. É claro que existem grandes escritores de ficção científica, como Ray Bradbury, J. G. Ballard, Philip K. Dick, Kurt Vonnegut, Robert Silverberg..., mas podemos dizer que eles são bons escritores de ficção científica não porque sabem criar seres estranhos e futuros distópicos, mas porque são bons escritores, independentemente do gênero literário. Quanto a Frank Herbert, ele é simplesmente ruim.

Li *O Messias de Duna* há muitos anos e posso dizer que não foi uma boa experiência. Jovem leitor que eu era – mas já dotado de senso crítico –, fiquei entediado com sua descrição dos seres das diversas espécies (ou tipos, ou raças, não sei como chamar) que povoam o seu universo. Ele descreve, de forma mecânica, as características de cada espécie, como se cada indivíduo apenas repetisse o comportamento da sua espécie, da mesma forma que um animal. Se tentarmos traduzir em termos psicanalíticos, isso significaria supor um universo onde não existissem sujeitos. Em termos literários, trata-se de uma opção que resulta em personagens planos, bidimensionais.

Justiça seja feita, o romance possui ideias singulares e criativas, entre as quais um império intergaláctico que, apesar de se situar num futuro extremamente distante, reproduz um sistema feudal, em que duques e barões controlam planetas concedidos às suas casas pelo imperador. O planeta mais cobiçado, Arrakis, não é mais que um grande deserto, porém é o único lugar do universo conhecido onde existe a especiaria *melange*. Essa substância, de propriedades psicoativas pouco conhecidas, tem a capacidade de transportar as naves espaciais a anos-luz de distância. Em

um império no qual computadores, robôs e todo tipo de inteligência artificial foram banidos, isso faz da especiaria uma *commodity* de grande valor. A alusão ao petróleo e ao interesse das potências no Oriente Médio, louvada pelos admiradores do romance, me parece demasiado óbvia, e o que é óbvio numa obra de arte não merece elogio.

Quanto ao filme de Lynch, ele é abominado pelo próprio diretor, que culpa os produtores por mutilarem o copião na montagem, condensando uma história complexa em pouco tempo e, dessa forma, tornando-a incompreensível. É verdade que a montagem gerou saltos temporais perto dos quais os saltos espaciais de anos-luz das naves interestelares são fichinha. Porém a responsabilidade pela má qualidade do filme não pode ser atribuída unicamente ao estúdio. Basta assisti-lo para constatar atuações forçadas e diálogos estereotipados.

Note-se que estamos falando de um filme cujo elenco inclui nomes como Max von Sydow – para quem não se recorda, trata-se do ator que interpretou o cavaleiro que disputa uma partida de xadrez com a Morte em *O Sétimo Selo* (Bergman, 1957). Porém mesmo bons atores não podem salvar um filme com uma direção ruim e um roteiro pior ainda (Woody Allen diz que um bom ator pode até superar uma direção ruim, mas um roteiro ruim não há quem consiga salvar).

O filme de Villeneuve, ao contrário, se distingue logo de início pela opção de não contar a história de uma só vez. Para se ter uma ideia, as 2 horas e 35 minutos de duração narram, aproximadamente, metade da história do filme de Lynch, de 2 horas e 17 minutos. Essa folga de tempo permite a Villeneuve delinear melhor os personagens, conferindo a estes uma plausibilidade. Nesse quesito, sua escolha de Timothée Chalamet para representar o protagonista, Paul Atreides, foi acertada. O jovem ator, por suas características físicas, passa uma impressão de fragilidade, o que condiz com o personagem, inseguro diante da expectativa em torno da sua posição de sucessor do seu pai, o Duque Leto Atreides (Oscar Isaac) – mais tarde, ele verá que o destino que sua mãe, Lady Jessica (Rebecca Fergusson), traçou para ele exige uma responsabilidade muito maior.

Por falar nela, Rebecca Fergusson, escolhida para interpretar a concubina do Duque Leto Atreides e mãe de Paul Atreides, é uma atriz versátil, que já interpretou papéis diversos, tanto em filmes da franquia *Missão Impossível* como na sequência de *O Iluminado* (Kubrick, 1980), intitulada *Dr. Sono* (Mike Flanagan, 2019) em que faz um ser dotado de poderes sobrenaturais e indescritível malignidade. Talvez por conta da sua interpretação desses papéis, ela possui uma agilidade que condiz com sua personagem, que domina técnicas secretas de luta. Um traço característico é a sensualidade que irradia em todos os papéis que ela interpreta. Se eu fosse chegado a provocações e quisesse me divertir à custa da súcia de neomoralistas das redes insociáveis, diria que, se Freud conhecesse a história de Paul Atreides e sua mãe, interpretada por

Rebecca Fergusson, ele jamais escreveria um artigo falando em “dissolução do Complexo de Édipo”.

Quanto ao cenário, a diferença entre as duas adaptações é gritante. Em vez do estilo rococó-futurista-kitsch de Lynch, que confere às cenas do seu filme um caráter opressivo, com os atores cercados por colunas, painéis de madeira escura e paredes estofadas, a ambientação escolhida por Villeneuve privilegia o minimalismo, os ambientes amplos despidos de decoração. Seus personagens vagueiam por largos corredores, escadarias imensas e salas de pé direito altíssimo. O diretor já possuía uma obra marcada por cenários compostos por vastos espaços vazios em meio aos quais os personagens humanos parecem menores do que são. Essa escala que reduz o humano instaura uma sensação de desamparo, de impotência diante de forças superiores e incognoscíveis.

Pode se dizer que essa é uma escolha condizente com o romance, em que a história é permeada pela presença constante de uma misteriosa religião professada pelos *fremen*, os habitantes de Arrakis que vivem no deserto e aguardam a chegada de um Messias. Fragmentos dessa religião a que temos acesso incluem palavras semelhantes ou inspiradas no árabe – a palavra *jihād*, que consta do romance e do filme de Lynch, foi cuidadosamente substituída por “guerra santa”, por motivos óbvios.

Essa religião se mescla ou é aproveitada pela irmandade *Bene Gesserit*, da qual faz parte a mãe de Paul. Tal irmandade é constituída exclusivamente por mulheres que seguem um treinamento rigoroso, possuem habilidades telepáticas e ocupam cargos de conselheiras ou guias espirituais junto à nobreza e ao próprio imperador. Ficamos sabendo que as irmãs *Bene Gesserit* se dedicam há milênios a cruzar linhagens com o objetivo de gerar... um Messias!

A pergunta que não quer calar é: por que os estúdios de Hollywood decidiram investir milhões de dólares nessa barafunda futurista-retrô com toques de misticismo a fim de criar um filme visualmente belo, com bons atores e efeitos especiais grandiosos? Creio que não basta dizer que o sucesso comercial estaria garantido, uma vez que a obra de Herbert é cultuada por legiões de *nerds* “celibatários involuntários”, praticantes do onanismo. Trata-se de um filme de f.c. que destoa dos *blockbusters* do gênero, cujo melhor exemplo são os filmes da Marvel, em que os super-heróis arrumam um tempo para fazer piadinhas em meio a combates que decidem o destino da humanidade.

Arrisco uma resposta: Hollywood enxerga um grande potencial de sucesso nessa história que inclui uma etnia explorada (os *fremen*), colonizadores cruéis (a casa Harkonnen) e uma irmandade feminina constituída por mulheres dotadas de poderes místicos. Todos os elementos que agradam ao público que segue a nova moda da academia estão aqui reunidos: etnia perseguida,

revolta contra os colonizadores, empoderamento feminino. Para assegurar a recepção positiva desse público, o maniqueísmo explícito do roteiro não deixa dúvidas desde o início sobre quem é “do bem” e quem é “do mal”. Vocês poderão objetar que nenhum público minimamente inteligente se deixaria cativar por uma construção rudimentar como essa. Bem, o que eu posso lhes dizer é que vocês têm razão. Mas ninguém se preocupa com o fato de as irmãs *Bene Gesserit* sustentarem um projeto explicitamente eugênico? Não, elas são mulheres, portanto é uma eugenia “do bem”. Além disso, a sua presença no roteiro ameniza o patriarcado dos nobres.

A propósito, a ocorrência do termo “patriarcado” em textos acadêmicos para se referir à situação das mulheres nas sociedades ocidentais contemporâneas, supondo um laço social que atravessaria séculos e culturas, mantendo suas características inalteradas, é uma ideia tão estapafúrdia quanto a ficção de Frank Herbert, que imagina um regime feudal no ano dez mil e tantos.

Observem que, de mansinho, passamos do comentário das características da obra para o que se pode elocubrar, sem dela nos afastarmos, acerca da sua relação com o mundo contemporâneo. A obra de Herbert é de 1968 e porta as marcas da sua época: Guerra do Vietnam, Guerra Fria, além da já mencionada disputa por combustíveis fósseis. O filme de Villeneuve atualiza essas questões para o século XXI. Nesse aspecto, a teoria psicanalítica tem algo a dizer. Mas quero frisar que não basta repetir a máxima lacaniana, muito citada em nossos dias, que diz que o psicanalista precisa estar à altura da subjetividade da sua época. Até porque, como chama a nossa atenção Colette Soler, seria preciso definir se há de fato uma subjetividade da nossa época e, caso exista, qual seria. A essa observação muito precisa eu acrescentaria que “estar à altura” não é o mesmo que imitar, copiar, macaquear, arremedar de forma acrítica e servil com o intuito de mendigar a simpatia de setores ou movimentos sociais.

Lembrando também que estamos falando de um filme e que personagens não são sujeitos cujas ações e falas são passíveis de interpretação. São antes *modelos* (*Seminário 6*). Modelos de quê? De posições subjetivas, ora. Vejamos algumas. Quando o Duque Leto diz ao seu filho que, se ele optar por não cumprir com suas obrigações de sucessor na linhagem, ainda continuará sendo seu filho, ele demonstra distinguir entre o imperativo da linhagem (impessoal, puro significante de comando) e a sua vontade (individual, sujeita às contingências do humor e dos afetos). Ele não se confunde com a Lei, mas tão somente a representa, com todas as fraquezas humanas. De quebra, ele se comporta no ano dez mil e lá vai fumaça como o pai da modernidade, cuja imago já estava em declínio no século XX, segundo um certo psicanalista francês.

Já quando a mãe de Paul revela que ele é a cobaia de um projeto de cruzamento de linhagens que data de inúmeras gerações, está dizendo que a única lei a que ela obedece é a de um grupo que mantém um projeto eugênico. Tal lei não é impessoal, mas resultado de uma decisão coletiva e bem calculada sobre quem deve procriar com quem, visando obter um resultado, no melhor estilo de um experimento científico (apesar de a irmandade se apresentar como mística). A essa lei, ela acrescenta um toque pessoal ao mostrar que, se reconhece algo superior ao projeto da irmandade, é o seu capricho, a sua vontade de dar um pitaco nesse projeto.

Como podem ver, uma obra de ficção pode ser estudada para abordar tanto questões sociais quanto temas que dizem respeito às leis da linguagem, sem perder a sua especificidade de obra de arte. Isso certamente não agrada àqueles que pretendem reduzir a obra de arte a uma única leitura, determinada pela sua origem étnica, nacional, sexual ou outra – como no caso dos rotuladores da literatura citados no início desse texto. A nova versão desses rotuladores pretende classificar, além da arte, a filosofia, a ciência e – por que não? – a psicanálise. Esses novos detratores da psicanálise apregoam que ela é “patriarcal”, “eurocêntrica”.

Não sei se, no seu devaneio, esses novos inimigos da psicanálise se imaginam como os heroicos *fremen* lutando contra os cruéis exploradores de outros planetas. Se isso acontece ou não, pouco importa: de qualquer forma, o maniqueísmo da obra de Herbert parece feito sob medida para os defensores desse tipo de idiotice. Eles se merecem.